



**ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL – UFES**

Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário de Goiabeiras – Reitoria CEP 29075-910 – Vitória – ES
Tel.: 0XX27-3335-2211 FAX 0XX27-3335-2950 E-mail: procuradoria@reitoria.ufes.br

PROCESSO LE PISMA: 23068.013978/2019-71

RESUMO: Direito Administrativo. Apoio a Projeto. Contratação de Fundação por dispensa de licitação. Possibilidade.

PARECER Nº 235 /2019/AGU/PGF/PF-UFES

I. Direito Administrativo. II. Apoio a Projeto de Extensão. III. Contratação de Fundação por dispensa de licitação. IV. Possibilidade.

Magnífico Reitor,

Vieram os autos a esta Procuradoria para que fosse proferida manifestação acerca da minuta de contrato do Sequencial 60, a ser firmado, sem licitação, com a entidade de apoio Fundação de Apoio **FEST** para gerenciamento e apoio ao **Projeto de Extensão** intitulado *XIII Seminário Capixaba sobre Ensino da Arte: Caminhos contemporâneos para a educação em Artes*, bem como sobre a possibilidade de contratação direta da Fundação, conforme minuta de ato de dispensa do Sequencial 59.

O projeto foi registrado no SIEX (Extensão), sob o número 200972 (Sequencial 41 e sequencial 46) e existe manifestação de interesse institucional firmada pela PROEX (Sequencial 42).

Não localizei manifestação de interesse institucional na contratação firmada pelo Diretor do CCJE ou pelo Coordenador do Projeto.



**ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL – UFES**

Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário de Goiabeiras – Reitoria CEP 29075-910 – Vitória – ES
Tel.: 0XX27-3335-2211 FAX 0XX27-3335-2950 E-mail: procuradoria@reitoria.ufes.br

Manifestação do DCC em relação à planilha financeira se encontra no Sequencial 61.

Na minuta de contrato está claro que os recursos ingressarão diretamente na conta única da Universidade e depois serão transferidos à FEST.

Como se sabe, é possível a contratação de uma Fundação de Apoio para gerenciamento de recursos financeiros de projetos de **extensão**, à luz do que dispõe o art. 1º da Lei n. 8.958/1994 e a Decisão nº. 655/2002 do Plenário do TCU e, em especial, o art. 1º do **Decreto nº. 7.423/2010**:

Art. 1º A caracterização das fundações a que se refere o art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, como fundação de apoio a Instituições Federais de Ensino Superior - IFES e demais Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs, é condicionada ao prévio registro e credenciamento, por ato conjunto dos Ministérios da Educação e da Ciência e Tecnologia, nos termos do inciso III do art. 2º da referida Lei e da regulamentação estabelecida por este Decreto.

Parágrafo único. A fundação registrada e credenciada como fundação de apoio visa dar suporte a projetos de pesquisa, ensino e **extensão** e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas e, primordialmente, ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica, criando condições mais propícias a que as instituições apoiadas estabeleçam relações com o ambiente externo.

A contratação pode ser direta, isto é, com dispensa de licitação, com amparo no art. 24, inciso XIII, da Lei nº. 8.666/93:

A blue ink signature, appearing to be a stylized 'S' or similar character, followed by the number '2' in the top right corner of the signature area.



**ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA GERAL FEDERAL
PROCURADORIA FEDERAL – UFES**

Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário de Goiabeiras – Reitoria CEP 29075-910 – Vitória – ES
Tel.: 0XX27-3335-2211 FAX 0XX27-3335-2950 E-mail: procuradoria@reitoria.ufes.br

XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

O pessoal contratado deve exercer atividades exclusivamente para execução do Projeto, vedada a sua utilização em serviços ordinários da Universidade.

A análise dos aspectos financeiros não é de competência desta Procuradoria, todavia, cabe destacar que o DCC emitiu parecer favorável em relação à planilha financeira da atividade (Sequencial 61).

A minuta se encontra adequada às normas que regulam a matéria.

Ante o exposto, entendo que a contratação direta está amparada na legislação de regência, podendo o instrumento ser firmado por Vossa Senhoria, se for de interesse da Universidade firmar tal negócio, devendo ser juntada aos autos decisão explícita sobre a contratação da FEST, caso essa competência não seja do Reitor.

É esse o entendimento jurídico que submeto à sua apreciação.

Vitória, 09 de maio de 2019.

Francisco Vieira Lima Neto
Procuradoria Geral da UFES
Procurador Chefe
Matricula SIAPE 0298168 OAB/ES 4.619